



DIMAS ANTÔNIO CASEMIRO

FILIAÇÃO: Maria dos Anjos Casemiro e Antônio Casemiro Sobrinho

DATA E LOCAL DE NASCIMENTO: 6/3/1946, Votuporanga (SP)

ATUAÇÃO PROFISSIONAL: corretor de seguros;
vendedor de carros; tipógrafo

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA: Movimento Revolucionário
Tiradentes (MRT)

DATA E LOCAL DE DESAPARECIMENTO: entre 17 e 19/4/1971,
São Paulo (SP)

BIOGRAFIA

Nascido em São Paulo (SP), Dimas Antônio Casemiro atuou no movimento estudantil de Votuporanga, sua cidade natal, até que se mudou para São Paulo e passou a militar na Ala Vermelha. Posteriormente militou na Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e no Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), do qual foi dirigente. Em 1966, Dimas casou-se com Maria Helena Zanini, com quem teve um filho, Fabiano César Casemiro. O pai de Dimas Casemiro era integrante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e seu irmão, Dênis Casemiro, integrava a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Em 1971, Dimas Casemiro foi acusado de ter comandado o assassinato do industrial Henning Albert Boilesen, presidente da Associgás e da companhia Ultragaz, empresas que financiavam a Operação Bandeirante (Oban) que atuava junto aos órgãos de repressão do Estado.

Morreu aos 25 anos de idade, em ação perpetrada por agentes do Estado. Seus restos mortais ainda não foram localizados e identificados.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO ATÉ A INSTITUIÇÃO DA CNV

Em 14 de maio de 1996, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) reconheceu a responsa-

bilidade do Estado brasileiro pela morte de Dimas Antônio Casemiro deferindo o seu caso, que foi publicado no Diário Oficial da União em 17 de junho de 1998. Seu nome consta no *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

CIRCUNSTÂNCIAS DE DESAPARECIMENTO E MORTE

Dimas Antônio Casemiro morreu em São Paulo (SP) em abril de 1971.

De acordo com a narrativa apresentada pelas forças de segurança do Estado durante o regime militar, Dimas Casemiro teria morrido no dia 17 de abril de 1971 atingido por disparo de arma de fogo após ter resistido à voz de prisão dada por agentes do Estado. O confronto teria sido travado em um “aparelho” do MRT, localizado no bairro Água Funda em São Paulo. A certidão de óbito de Dimas Casemiro, registrada no dia 28 de abril de 1971, apresenta a versão de que ele teria sido morto em via pública no dia 17 de abril de 1971, tendo como causa da morte “choque hemorrágico”.

O documento para requisição de exame de necropsia feito pelo Instituto Médico Legal (IML) confirmou a versão de que Dimas teria morrido durante uma troca de tiros com agentes da repressão. Segundo o laudo do

IML, o corpo de Dimas teria sido encaminhado ao DOPS/SP para ser fotografado e para o registro de impressões digitais. O exame teria sido realizado no dia 19 e o sepultamento no dia 20 de setembro. O documento foi assinado pelo delegado do DOPS, Alcides Cintra Bueno Filho. Pesquisas documentais não localizaram nenhum registro sobre o local onde o corpo de Dimas esteve durante os dois dias que transcorreram desde seu óbito, amplamente noticiado pela imprensa como tendo ocorrido no dia 17 de abril, e a data de solicitação do exame necroscópico pelo IML, no dia 19 de abril.

O laudo do exame necroscópico, assinado pelo médico-legista João Pagenotto no dia 19 de abril, registrou quatro ferimentos causados por arma de fogo no pescoço, braço, mão e coxa. Segundo o documento, o corpo de Dimas teria sido encaminhado para o cemitério de Perus¹ no dia 20 do mesmo mês. Entretanto, seu corpo nunca foi localizado ou identificado. De acordo com o *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, elaborado em 1984 pela seção Rio Grande do Sul do Comitê Brasileiro pela Anistia, Dimas foi fuzilado ao chegar a sua casa, corroborando a informação oficial. No entanto, no livro *Direito à memória e à verdade* a CEMDP concluiu que Dimas foi

preso e o corpo somente deu entrada no IML depois de ter sido publicada a notícia de sua morte nos jornais do dia 18/04/1971. A requisição de exame ao IML, assinada pelo delegado do DOPS, Alcides Cintra Bueno Filho, informa que a morte se deu na rua Elísio da Silveira, 27, no bairro Saúde, às 13 horas do dia 17 de abril. Entretanto, o corpo de Dimas, ainda de acordo com a própria requisição de exame, só deu entrada no IML às 14 horas do dia 19 de abril, tendo sido enterrado às 10 horas do dia 20.

Em 1996, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) realizou uma decla-

ração sobre o processo de identificação de ossadas que se acreditava pertencerem a Dimas:

encontro de ossada compatível, porém, devido a grande fragmentação dos ossos, muitos aspectos antropométricos estão prejudicados, assim sendo, amostras foram enviadas para extração de DNA. Sem qualquer conclusão, em 1999, os familiares de Dimas solicitaram a intervenção do Ministério Público Federal no caso. Em 2010, concluiu-se pela impossibilidade de identificar os restos mortais de Dimas da maneira como vinha sendo realizado o procedimento. Em 2011, o Ministério Público Federal deu início a investigação criminal, sob o processo nº 1.34.001.007805/2011-00, com o objetivo de esclarecer a morte de Dimas, seguida de ocultação do cadáver. O resultado das investigações, entretanto, não foram esclarecedores. De acordo com a informação do Ministério Público Federal, “nada foi esclarecido, permanecendo esses fragmentos ósseos, que se suspeita serem de Dimas, sem inumação.

A CEMDP concluiu que Dimas foi torturado entre os dias 17, data em que foi supostamente alvejado, e o dia 19, data do exame da necropsia desmentindo a versão oficial de “morte em tiroteio”. As fotos do corpo de Dimas mostram lesões na região frontal mediana e esquerda, no nariz e, principalmente, nos cantos internos dos dois olhos, não descritas no laudo necroscópico e indicativas de tortura. As datas mencionadas acima, portanto, não seriam apenas erros ou mera confusão, segundo o relatório da CEMDP, mas uma tentativa de encobrir sua morte sob torturas enquanto esteve sob custódia do Estado brasileiro.

LOCAL DE DESAPARECIMENTO E MORTE

A documentação disponível sobre o caso não permite identificar com precisão o local da morte.

IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA

1. CADEIA DE COMANDO DO(S) ÓRGÃO(S)

ENVOLVIDO(S) NO DESAPARECIMENTO

E NA MORTE

1.1. DOPS DE SÃO PAULO

Presidente da República: general
de Exército Emílio Garrastazu Médici

Governador do Estado de São Paulo:

Laudo Natel

Secretário de Segurança Pública:

Sérvulo Mota Lima

Diretor-Geral do DOPS/SP: delegado

Lúcio Vieira

Delegado do DOPS: delegado Alcides

Cintra Bueno Filho

1.2. AUTORIA DE GRAVES VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

NOME	ÓRGÃO	FUNÇÃO	CONDUTA PRATICADA PELO AGENTE	LOCAL DA GRAVE VIOLAÇÃO	FONTE DOCUMENTAL/TESTEMUNHAL SOBRE A AUTORIA
Alcides Cintra Bueno Filho.	DOPS/SP.	Delegado.	Era delegado do DOPS, órgão responsável pela operação que, após dois dias, resultou na morte de Dimas.	DOPS/SP.	Requisição de exame necroscópico. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0029_0008, p. 46.
João Pagenotto e Abeylard de Queiroz Orsini.	IML/SP.	Médicos-legistas.	Falsificação de laudo necroscópico.	IML/SP.	O laudo conclui que “o examinado recebeu quatro disparos de arma de fogo, ficando retido apenas um projétil. Um dos projéteis lesou vasos importantes arteriais e nervosos do pescoço produzindo-se abundante hemorragia interna e externa e consequente morte. Deve-se considerar ainda que a vítima sofreu lesão da laringe, por onde houve penetração de sangue que foi aspirado para os pulmões provando asfixia” Exame necroscópico. Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0029_0008, pp. 48-49. As fotos do corpo de Dimas mostram lesões na região frontal mediana e esquerda, no nariz e, principalmente, nos cantos internos dos dois olhos, não descritas no laudo necroscópico e indicativas de tortura.

FONTES PRINCIPAIS DE INVESTIGAÇÃO

1. DOCUMENTOS QUE ELUCIDAM CIRCUNSTÂNCIAS DO DESAPARECIMENTO E DA MORTE

IDENTIFICAÇÃO DA FONTE DOCUMENTAL	TÍTULO E DATA DO DOCUMENTO	ÓRGÃO PRODUTOR DO DOCUMENTO	INFORMAÇÕES RELEVANTES
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0029_0008, p. 8.	Certidão de óbito, 1/3/1996.	Registro civil das pessoas naturais, Jabaquara (SP).	Apresenta a versão oficial de que Dimas Antônio Casemiro foi morto em via pública devido a “choque hemorrágico”.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0029_0008, pp. 11-12.	“Morto ontem chefe dos assassinos de Boilesen”, 18/4/1971.	<i>Diário Popular</i> .	Informa a versão oficial de que Dimas teria sido morto ao resistir a um cerco policial no “aparelho” em que estava.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0029_0008, p. 21.	<i>Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964 (1984)</i> .	Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.	Afirma que Dimas foi fuzilado ao chegar em casa, no bairro do Ipiranga, em São Paulo, no dia 17 de abril de 1971.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0029_0008, pp. 46-47.	Requisição de exame, 19/4/1971.	IML.	Informa o recolhimento do corpo de Dimas no DOPS/SP, posteriormente levado para sepultamento após ter sido morto em confronto com as forças da repressão.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0029_0008, pp. 48-49.	Laudo de exame de corpo de delito, 20/4/1971.	IML.	Informa os ferimentos no corpo de Dimas.
Arquivo Nacional, CEMDP: BR_DFANBSB_AT0_0029_0008, pp. 42-45.	Relatório das circunstâncias da morte de Dimas Antonio Casemiro, 26/4/1996	CEMDP.	Ao examinar fotos do cadáver, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos observa lesões na região frontal mediana e esquerda nos cantos internos dos dois olhos e no nariz, lesões estas não descritas no laudo necroscópico, indicativas de torturas.
Arquivo CNV, 00092_000392_2012_77, pp. 8-9.	Relatório para fins de prosseguimento nos trabalhos de busca e identificação de mortos e desaparecidos políticos no município de São Paulo, 18/6/2012.	Ministério Público Federal (MPF).	Informa o andamento do processo de identificação e localização dos restos mortais de Dimas.
Arquivo CNV, Relatório MPF, 00092.000803/2013-13, p. 255.	Atividades de persecução penal desenvolvidas pelo MPF, 2014.	MPF.	Informa a investigação criminal, sob o nº 1.34.001.007805/2011-00, com o objetivo de esclarecer o homicídio e a ocultação de cadáver de Dimas.
Comissão da Verdade do Estado de São Paulo: 015-solicitacao-mpf, p. 1.	Ofício nºGABPR12-EAGF/SP-000344/2009, 27/10/2010.	MPF.	Informa o insucesso do reconhecimento de DNA nas ossadas que poderiam pertencer a Dimas.
Comissão da Verdade do Estado de São Paulo: 016-transcricao-audiencia-n35.	35ª Audiência Pública, 26/04/2013.	Comissão da Verdade do Estado de São Paulo.	Informa sobre a militância de Dimas.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Diante das investigações realizadas, conclui-se que Dimas Antônio Casemiro morreu em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar implantada no país a partir de abril de 1964, sendo considerado desaparecido para a CNV uma vez que seus restos mortais não foram plenamente identificados até os dias de hoje.

Recomenda-se a retificação da certidão de óbito de Dimas Antônio Casemiro, assim como a continuidade das investigações sobre as circunstâncias do caso, para a localização de seus restos mortais e identificação e responsabilização dos demais agentes envolvidos.

1 – O Cemitério Dom Bosco foi construído pela prefeitura de São Paulo em 1971. Em 1976, os cadáveres de pessoas não identificadas, indigentes e vítimas da repressão política foram transferidos para uma vala clandestina, denominada “vala de Perus”. Em 1990, a vala foi descoberta e foram encontradas 1.049 ossadas. De acordo com os registros do cemitério, pelo menos seis presos políticos deveriam estar enterrados nessa vala, entre eles Dimas Casemiro.